



# INCORPORAÇÃO DE GÊNERO NOS ESPAÇOS CONSTITUÍDOS

---

**Relato de experiência: Ensino, pesquisa e extensão nos campos teórico-políticos da sexualidade e gênero: desejo de ‘desver’ o mundo**

*Por Alexandra Lopes da Costa <sup>1</sup>*

Meus primeiros contatos com o debate científico no campo da Educação Ambiental e das relações de gênero ocorreram durante a graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), entre os anos de 2001 e 2004. A participação como discente nas disciplinas de Direito Ambiental, Ciências Sociais e Meio Ambiente, Ecologia Humana e Relações Sociais de Gênero foram essenciais para o início de um processo reflexivo sobre dois campos que, mesmo sendo intrinsecamente ligados, aparentam ser muito distantes.

Nessa época, a inserção em um grupo com orientação feminista, comportando atividades teóricas e a prática militante, contribuiu para ampliar a minha percepção quanto ao impacto do sistema capitalista no meio ambiente e sobre o corpo e a condição das mulheres na sociedade. Desde essa época o corpo das mulheres, território da existência e vontade de potência no qual se materializa o legado das ideologias patriarcais, passou a receber atenção especial.

Pautas como o salário desigual no mercado de trabalho e a dupla jornada, passando pelo estupro corretivo, sub-representação na política, medicalização da sexualidade, problemas como anorexia, consumo compulsivo, ditadura da beleza, feminização da pobreza, da Aids e violência de gênero, além da mortalidade materna e falta de creches, escolas e outros serviços sociais básicos que dificultam a vida e abatem o organismo de inúmeras mulheres, compunham o rol das temáticas discutidas pelo grupo.

Esses assuntos eram trabalhados de forma intersectada com as categorias de classe, raça/etnia, orientação sexual, geração e territorialidade, entre outros marcadores de diferença. Além disso, não podemos esquecer que as mulheres foram historicamente vinculadas à natureza, ao contrário dos homens, associados

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), especialista em Dependências Químicas pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP) e mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Possui formação complementar em Direitos Humanos pelo Programa de Incentivo à Produção Acadêmica em Direitos Humanos da SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos (Qualis-Capes A2), promovido pela Fundação Carlos Chagas e Conectas Direitos Humanos. Integra a equipe de pesquisadores do Grupo de Trabalho Cornelius Castoriadis (GTCC/UFMS) e do Grupo de Estudos em Gênero, Identidade e Memória (GIM/UFGD). E-mail: alexasociais@yahoo.com.br

à cultura. Simone de Beauvoir, em sua obra *O segundo sexo* me auxiliou a refletir sobre como as representações do corpo feminino associadas ao reino da natureza limitaram a autonomia das mulheres. “A biologia é o destino”, criticava a feminista, ao apontar a base ideológica que lhes sujeitava ao confinamento do espaço privado e delimitava seu projeto de futuro à maternidade, à domesticidade e à família<sup>2</sup>. Essa associação das mulheres à natureza está inserida em uma história de longa duração<sup>3</sup>. Da Grécia antiga ao mundo contemporâneo, passando pela Idade Média à era moderna, foram muitos os filósofos, pensadores e tratados que emitiram juízos sobre a mulher com base na sua fisiologia, muitas vezes proclamando a necessidade de seu domínio e adestramento, bem como construindo em torno da maternidade os parâmetros de normalidade para o sexo feminino. Ao contrário dos desígnios atribuídos aos homens, senhores de si, do espaço público, engenheiros da própria existência e principais autoridades no seio da família e da sociedade<sup>4</sup>.

No segundo ano de faculdade atuei como professora na disciplina de Ciências Sociais na Escola Estadual Maestro Heitor Villa-Lobos, onde pude trabalhar conteúdos relacionados à formação social brasileira, articulados com as teorias de gênero. A exploração de matérias-primas da natureza no Brasil colonial pela metrópole portuguesa, bem como a herança da colonização na subjugação das etnias indígenas e da população negra traficada da África e escravizada eram alguns dos pontos fulcrais discutidos com os alunos, assim como as características do sistema patriarcalista na sujeição do conjunto de mulheres e formas específicas de violência vivenciadas pelas negras e indígenas, como o estupro patrocinado pelos colonizadores, homens, brancos, europeus, cristãos.

Apesar da distância no tempo, traços desse modelo insustentável de desenvolvimento e de relações de poder assimétricas entre homens e mulheres são perceptíveis até hoje. Afinal, a exploração do pau-brasil, do café, do ouro,

---

<sup>2</sup> BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>3</sup> Consultar BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira, 1985.

<sup>4</sup> Ver PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2005.

da borracha, da cana-de-açúcar, dentre outras riquezas naturais e minerais do passado colonial, deu lugar a novas formas de exploração da natureza e cultivo da monocultura em grandes extensões de terra. O agronegócio e a mecanização da produção perpetuam a concentração de terras e riquezas, sendo pouco capazes de promover o desenvolvimento humano, social e gerar trabalho para grandes contingentes populacionais.

Exemplo disso ocorre no Mato Grosso do Sul, onde o agronegócio é considerado o mote para o desenvolvimento, discurso que se intensificou a partir dos anos 2000, com a instalação de uma série de usinas de álcool e agrodiesel que aportaram na região. No entanto, ao contrário do que se proclamou, esses empreendimentos não produziram e não alavancaram o desenvolvimento econômico e social, pois, além dos danos ambientais, também costumam oferecer empregos precários e informais, até mesmo com a violação dos direitos trabalhistas e o trabalho escravo, que perpetuam a pobreza e as mazelas sociais. A herança de uma cultura agrária marca a vida política e social do país com fortes características patriarcais e androcêntricas.

Apesar de homens e mulheres serem impactados por esse mesmo processo de “desenvolvimento”, paira ainda sobre as mulheres as questões relacionadas à geração e reprodução da vida humana, subempregos e preconceitos sexistas, violência e femicídio, que fazem da exploração, sobrecarga de trabalho e do sofrimento uma característica presente na vida privada e social que, nas regiões rurais do Mato Grosso do Sul, são muitas vezes vivenciadas por elas como algo naturalizado e sem estranhamento.

Em muitos assentamentos rurais do estado, por exemplo, cabem as mulheres os serviços domésticos, mas também os cuidados com a roça e a criação de animais, porém não são reconhecidas como trabalhadoras, mas como meras ajudantes dos maridos, que gozam do reconhecimento da identidade de trabalhadores<sup>5</sup>. O que

---

<sup>5</sup> Sobre isso consultar COSTA, A. L. *O Tônico dos Machos: o uso de psicoativos no contexto das masculinidades e a violência de gênero no campo*. Programa de Pós Graduação em História (Dissertação), Universidade Federal da Grande Dourados, 2012, 223 f.

se observa, portanto, com a forma predatória de exploração dos recursos naturais, é um crescimento da feminização da pobreza, da mercantilização e exploração do corpo das mulheres, que impacta nos cuidados das crianças e idosos, uma vez que estas são funções atribuídas a elas pela sociedade patriarcal, reduzidos a subprodutos das políticas econômicas, de subjetivação e das representações de gênero dominantes. Em síntese, no campo e nas cidades as mulheres ainda são associadas aos estereótipos de delicadeza, vaidade, aos serviços de cuidado, educação dos filhos e reprodução social da família, sendo as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico desvalorizado e sem remuneração<sup>6</sup>.

Mesmo nos últimos anos, com o aumento do nível de escolarização e da participação feminina no espaço público, especialmente no mercado de trabalho, elas continuam sofrendo com a dupla jornada e recebem salários menores pelo mesmo serviço desempenhado se comparadas à população masculina, disparidade que aumenta para negras e indígenas<sup>7</sup>.

Adicionalmente, continuam expressivos no país os índices de violência doméstica que atingem a integridade física e emocional e impactam negativamente na capacidade produtiva. Todos estes fatores limitam o tempo disponível das mulheres para o lazer, os estudos, a participação em movimentos sociais, partidos políticos e a construção de si mesmas enquanto sujeitos históricos. As desigualdades, com diversas características – raciais, sociais, econômicas –, entremeadas pela categoria de gênero, tendem a reproduzir estereótipos e desqualificar a atuação e o protagonismo das mulheres no espaço público, de maneira a ratificar suas obrigações como naturalizadas e pautadas em uma essência feminina no espaço privado.

Depois de formada, atuei no Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste, em 2006, como articuladora do projeto

---

<sup>6</sup> Infomação disponível em: <http://bit.ly/ZnpTpD>. Consultado em: 09 abr. 2013. Ver também BRASIL. IIPlano Nacional de políticas para as mulheres. Brasília: SPM, 2008.

<sup>7</sup> No Brasil, a população feminina apresenta, hoje, maior nível de escolarização do que a masculina. Entretanto, há ainda muitas desigualdades entre homens e mulheres do campo e da cidade, e entre as próprias mulheres, como base na raça/etnia, orientação sexual, presença de deficiência e territorialidade. .

Acelerando Passos no Enfrentamento à Violência Sexual Cometida contra Crianças e Adolescentes e, no ano seguinte, prestei trabalho voluntário no Grupo de Apoio e Solidariedade Sul-Mato-Grossense Ação e Prevenção à Aids. Já em 2008 exerci a profissão de socióloga no projeto Penas Alternativas e Violência de Gênero: Sensibilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher, desenvolvido pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher do MS, e no ano de 2012 fui responsável pela coordenação do referido projeto. No decorrer dessa trajetória busquei articular de diversas formas reflexões em torno da violência estrutural, dos impactos desse sistema no meio que nos cerca e do qual somos parte, na construção de subjetividades, nas relações sociais e de gênero.

Direta ou indiretamente, a interlocução entre gênero e meio ambiente é indissociável e constitui um campo aberto e rico de pesquisa que merece ser explorado. Mas ainda existem resistências na discussão de gênero nas conferências internacionais sobre meio ambiente, como aconteceu na Rio + 20, que não acatou as deliberações das ativistas sobre a necessidade de discutir os direitos reprodutivos, contrastando com o alto controle estatal da vida sexual e reprodutiva feminina em relação à masculina pelos governos, em virtude de questões e mitos relacionados à reprodução, ao machismo e às políticas de controle de natalidade com viés neomalthusiano. Ao lembrar que as mulheres foram historicamente vinculadas à natureza, é preciso desconstruir as ideias que atribuem a elas um cuidado inato para com o meio ambiente, bem como as de culpadas pela pobreza, pelo aumento descuidado dos membros da família e o crescimento populacional desenfreado. A forma como nós, seres humanos nos relacionamos, como espécie e como gênero, uns com os outros, revela a maneira como nos relacionamos com a natureza, ou seja, nós mesmos, interconectados com tudo o que existe, fauna, flora, rios, florestas, etc. Mulheres e homens são responsáveis pelo ecossistema e têm igual potencial para a preservação ambiental, desde que educados para mudança de mentalidade em prol de relações mais equânimes entre si e com o meio, essenciais para um futuro com maior equilíbrio, harmonia e respeito por si mesmos, pelas espécies vivas e as sociedades.